

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976

Dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências.

-
- Art. 29. A alienação ou destinação será efetivada da seguinte forma:
- I - mercadorias com notórias possibilidades de comercialização externa:
- a) venda a empresas comerciais exportadoras que assumam compromisso de comprovar sua efetiva exportação;
- b) venda a lojas francas.
- II - mercadorias de difícil comercialização externa: outras formas de destinação, conforme critérios e condições a serem fixados pelo Ministro da Fazenda.
- §1º A partir de 1º de janeiro de 1988, o produto da alienação de que trata este artigo terá a seguinte destinação: (“Caput” do parágrafo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21/1/1988)
- a) 60% (sessenta por cento) ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAP), instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975; (Alínea acrescida pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21/1/1988)
- b) 40% (quarenta por cento) ao Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituída pelo Decreto-lei nº 4830, de 15 de outubro de 1942. (Alínea acrescida pelo Decreto-Lei nº 2.411, de 21/1/1988)
- § 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de até Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAP, para atendimento dos encargos de administração e alienação das mercadorias apreendidas.
- § 3º Os recursos necessários à execução do disposto no parágrafo anterior decorrerão da anulação de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.
- § 4º Caberá à Secretaria da Receita Federal a administração e alienação das mercadorias apreendidas.

Art. 30. As mercadorias apreendidas, objeto de pena de perdimento aplicada em decisão administrativa, ainda quando pendente de apreciação judicial, inclusive as que estiverem à disposição da Justiça com corpo de delito, produto ou objeto do crime, poderão ser destinadas na forma deste artigo. (“Caput” do artigo com redação dada pela Lei nº 7.450, de 23/12/1985)

§ 1º Semoventes ou mercadorias que exijam condições especiais de armazenamento poderão ser destinadas: (“Caput” do parágrafo com redação dada pela Lei nº 7.450, de 23/12/1985)

a) para venda mediante licitação pública; ou (Alínea acrescida pela Lei nº 7.450, de 23/12/1985)

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

b) para incorporação a órgãos da administração pública, ou para entidades filantrópicas, científicas ou educacionais, sem fins lucrativos, antes mesmo do término do prazo definido no § 1º do art. 27 deste decreto-lei. [*\(Alínea acrescida pela Lei nº 7.450, de 23/12/1985\)*](#)

§ 2º O prejudicado será indenizado com base no valor da venda ou, se incorporadas conforme o § 1º deste artigo, no valor arbitrado constante do processo administrativo, atualizando pela variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, quando fizer jus à devolução das mercadorias destinadas na forma deste artigo. [*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 7.450, de 23/12/1985\)*](#)

.....

.....